



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM AUTISMO¹

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES: AN ANALYSIS OF INCLUSIVE EDUCATIONAL PRACTICES IN THE LEARNING OF STUDENTS WITH AUTISM

Daniele de Souza Farias²

Gilberliane Mayara Andrade Melo³

RESUMO

A educação inclusiva compreende o atendimento de estudantes com necessidades educativas especiais que precisam de um atendimento diferenciado para que sejam realmente incluídas na escola. A educação inclusiva vem sendo discutida no mundo, pensando um modelo educativo e de sociedade justos para todos, abrangendo as diversidades existentes, atendendo as pessoas que têm sido prejudicadas por não terem seus direitos respeitados em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior. Este olhar é um desafio para reflexão sobre o papel político, ético e social da educação inclusiva, que inclui, acredita na capacidade do outro, na superação de limites, visto que as pessoas fazem parte do mundo, da história e precisam atuar na sociedade. Pensar em inclusão envolve mudança em muitos aspectos, políticos, sociais, ideológicos, já que vivemos em um modelo capitalista em que a sociedade não tem sido pensada para todos, mas para uma minoria. Esse artigo tem como objetivo: analisar impactos de políticas públicas de Atendimento Educacional Especializado-AEE e de práticas educativas inclusivas na aprendizagem de estudantes com autismo no município de Cabedelo-PB sob a luz das leis que regem e orientam práticas inclusivas. Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa e como sustentação metodológica as pesquisas bibliográfica, descritiva e pesquisa de campo. Para construção e análise de dados foi realizado o levantamento de informações do Plano Municipal de Cabedelo (2015) e aplicado

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado/defendido para a Especialização em Atendimento Educacional Especializado, em 05 de setembro de 2025, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista junto a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Orientando do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5084654408566131>. Orcid ID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0004-3658-2134>. E-mail: daniele.farias@alunos.ufersa.edu.br

³ Orientadora do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9828256094215672>. E-mail: gilberliane.melo@ufersa.edu.br

questionário com professoras que trabalham com estudantes com deficiência. Os resultados apontam que as políticas do município de Cabedelo têm sido pensadas considerando a Constituição Federal de 1988 e as Políticas Nacionais de Educação Inclusiva, compreendendo a necessidade de educação para todos com qualidade, destacando a importância da garantia do Atendimento Educacional Especializado na rede regular de ensino em acordo com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva-MEC, Brasil (2008). As práticas em sala do AEE têm acontecido de modo lúdico e com recursos estratégicos significativos para educação inclusiva, entretanto, existe a necessidade de ampliação de investimentos em formação de profissionais para o ensino inclusivo e em recursos que sejam contributivos para aprendizagem de estudantes com deficiência. As práticas pedagógicas vêm acontecendo com respeito às diversidades, trabalhando conhecimentos significativos, sendo importante o fortalecimento da inclusão no espaço escolar.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Práticas inclusivas. Aprendizagem. Autismo

ABSTRACT

Inclusive education encompasses the provision of services to students with special educational needs who require differentiated services to be truly included in school. Inclusive education has been discussed worldwide, devising a model of education and society that is fair to all, encompassing existing diversities and serving those who have been disadvantaged by not having their rights respected at all levels of education, from early childhood to higher education. This perspective challenges reflection on the political, ethical, and social role of inclusive education, which includes, believes in the capacity of others, and overcomes limitations, given that people are part of the world, of history, and need to participate in society. Thinking about inclusion involves change in many aspects—political, social, and ideological—since we live in a capitalist model in which society has not been designed for everyone, but for a minority. This article aims to analyze the impacts of public policies for Specialized Educational Assistance (SEE) and inclusive educational practices on the learning of students with autism in the municipality of Cabedelo, Paraíba, based on the laws that govern and guide inclusive practices. This research adopted a qualitative approach, supported by bibliographical, descriptive, and field research. Data collection and analysis included a survey of information from the Cabedelo Municipal Plan (2015), and a questionnaire was administered to teachers who work with students with disabilities. The results indicate that the policies of the municipality of Cabedelo have been designed considering the 1988 Federal Constitution and the National Policies for Inclusive Education, understanding the need for quality education for all and highlighting the importance of ensuring Specialized Educational Assistance in the regular education system in accordance with the National Education Policy from the Perspective of Inclusive Education (MEC, Brazil) (2008). The practices in the Special Education (SEA) classroom have been playful and have utilized significant strategic resources for inclusive education. However, there is a need to increase investment in professional training for inclusive education and in resources that contribute to the learning of students with disabilities. Pedagogical practices have been respectful of diversity, developing meaningful knowledge, and strengthening inclusion in the school environment is crucial.

Key words: Specialized Educational Services. Inclusive Practices. Learning. Autism

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva compreende o atendimento de estudantes que precisam de um atendimento diferenciado para que sejam realmente incluídos no espaço escolar. Deste modo, as práticas pedagógicas se tornam significativas para que o estudante com autismo se perceba realmente parte da escola, tendo a sua realidade considerada, com conteúdos contextualizados e adaptados que valorizem a cultura, a história e possibilitem a compreensão do conhecimento escolar. Este artigo reflete o interesse no estudo da educação inclusiva e de práticas educativas para que estudantes com autismo possam alcançar aprendizagens e atuar na sociedade. É importante um olhar diferenciado com práticas pedagógicas, com ações significativas, assim como também de políticas públicas específicas que sejam contributivas, como o Atendimento Educacional Especializado-AEE para aprendizagem destes educandos.

Para se perceber os impactos de políticas públicas no atendimento da educação inclusiva, assim como de práticas pedagógicas se faz necessário o entendimento de aspectos históricos, culturais, normativos que envolvem a educação e o processo de inclusão na sociedade. Assim, optou-se por perceber a educação segundo o pensamento de Silva (2016, p. 10) de que a educação é um serviço essencial e precisa acontecer com qualidade para que os estudantes possam desenvolver suas habilidades, potencialidades, alcançando o seu melhor enquanto ser humano e parte da sociedade, devendo ser garantido pelos governantes públicos uma educação gratuita e de qualidade para todos em todas as etapas do ensino.

Uma educação de qualidade é necessária, portanto, para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, que permite a inclusão, o respeito ao outro, o desenvolvimento de potencialidades, o rompimento de barreiras que impedem a aprendizagem, buscando a garantia dos direitos de todos e a capacitação para atuação social. Este olhar é um desafio para reflexão sobre o papel político, ético e social da educação inclusiva, que inclui, acredita na capacidade do outro, na superação de limites, visto que as pessoas fazem parte do mundo, da história e precisam atuar na sociedade.

Zitkoski (2006, p. 13) afirma que é preciso educar para esperança: “Esperança não é espera vazia, mas uma paciência impaciente que só tem sentido na luta por um mundo melhor,

mais humanizado, onde seja possível conviver com as diferenças e onde exista dignidade para todos”. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF (2020), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD (2017), o Brasil registrou 1,9 milhão de crianças e adolescentes que estão sem frequentar a escola. Defronte desta realidade, o país enfrenta o desafio de alcançar a real efetivação do direito à educação para todos os estudantes, principalmente para os que têm tido o direito à educação negado, excluídos das instituições educacionais regulares ao longo da história.

Deste modo, este artigo traz percepções sobre a educação inclusiva ao longo da história, compreendendo a educação enquanto um direito de todos e que por sua vez, os estudantes com necessidades educacionais diferenciadas precisam ter acesso ao conhecimento escolar, com respeito a sua realidade e condições específicas. Para maior compreensão da educação pública inclusiva é preciso buscar conhecer e construir teorias, considerando como a inclusão vem sendo percebida historicamente nas leis educacionais e como está acontecendo na prática pedagógica o desenvolvimento da aprendizagem de estudantes com autismo.

Esta pesquisa entende a educação enquanto direito da pessoa humana e, portanto, inerente ao ser humano e de uma sociedade inclusiva que reconheça o quanto o ser humano é diverso. Compreende-se que a inclusão não se refere apenas ao fato de pessoas com necessidades especiais estarem em determinado lugar, mas de participação, atuação sobre este espaço. Para este estudo, delimitou-se uma amostra da realidade local de escolas do Município de Cabedelo-Paraíba para pesquisa sobre a educação inclusiva no ensino fundamental, considerando políticas de Atendimento Educacional Especializado e práticas educacionais inclusivas.

A escolha de escolas municipais de Cabedelo- Paraíba, acontece em virtude de serem instituições públicas educacionais onde ocorre a presença de quantidade importante de estudantes com autismo e público alvo da educação inclusiva, assim como também a existência de sala de Atendimento Educacional Especializado. Esse município tem mais de 200 estudantes público alvo da educação inclusiva matriculados em escolas regulares, conforme o Plano Municipal de Educação de Cabedelo (2015-2025), e vem crescendo a cada ano. As escolas pesquisadas tem um total de 52 estudantes que fazem parte desse público, sendo 18 estudantes com autismo. Nesta pesquisa compreende-se que a vivência deste atendimento se trata de efetivação política que deve buscar a garantia de educação inclusiva enquanto responsabilidade social. Esta busca de garantia dos direitos para todos também deve ser almejada na prática

pedagógica, valorizando as diferenças sociais, as necessidades educativas enquanto ponte para construção de aprendizagens.

Isto posto, a educação que acontece na escola tem um papel significativo para promoção de uma educação inclusiva, acolhendo e respeitando a condição diferenciada do educando, buscando soluções para dificuldades de aprendizagens, permitindo a participação, o diálogo, a reflexão, a valorização da história, a contextualização das temáticas, contribuindo para uma educação significativa e inclusiva.

A partir desta percepção, este estudo tem como problema de pesquisa saber quais são os impactos de políticas públicas de Atendimento Educacional Especializado-AEE e das práticas pedagógicas inclusivas na aprendizagem de estudantes com autismo em escolas municipais de Cabedelo- Paraíba? A partir deste problema, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar impactos de políticas públicas de Atendimento Educacional Especializado-AEE e de práticas educativas inclusivas na aprendizagem de estudantes com autismo no município de Cabedelo-Paraíba sob a luz das leis que regem e orientam práticas inclusivas.

Para alcance deste objetivo geral, se fez necessário a construção de objetivos específicos: Apresentar experiências de profissionais que atuam com Atendimento Educacional Especializado-AEE em escolas municipais de Cabedelo-Paraíba; Investigar práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com autismo em salas de ensino regular; Analisar o processo de inclusão de estudantes que frequentam a sala de aula e o Atendimento Educacional Especializado, a partir das leis vigentes e teorias que tratam da educação inclusiva; Desvelar saberes construídos pelos estudantes. Busca-se verificar a hipótese de que estão ocorrendo práticas pedagógicas inclusivas diferenciadas que respeitem as diversidades, considerem as leis vigentes, utilizem conhecimentos contextualizados, adaptados à realidade para que os educandos se percebam enquanto sujeitos e partes do processo de aprendizagem.

Como sustentação teórica, este artigo utilizou a seguinte metodologia: pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva, pesquisa de campo, com análise qualitativa. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002, p. 44), é desenvolvida a partir de materiais já existentes, como livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador conhecer os fenômenos estudados de forma mais ampla. Deste modo, foram realizados levantamentos de publicações diversas em livros, revistas, artigos, dissertações, teses, leis, resoluções para compreensão da temática educação inclusiva.

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM AUTISMO

A inclusão envolve a percepção de que todos têm o direito à educação, que é garantido pela Constituição Federal de 1988, Brasil (2016): “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2016, p.123).

O acesso ao ensino público brasileiro ainda faz parte de uma problemática. Segundo o Unicef (2020), a exclusão escolar tem afetado crianças e adolescentes de camadas mais pobres, os negros, os índios, quilombolas e pessoas com deficiências, que em alguns casos até tiveram a oportunidade de frequentar a escola, porém não conseguiram permanecer seja para trabalhar e contribuir com o sustento da família ou não conseguiram obter sucesso na aprendizagem e se desmotivaram a continuar os estudos.

Assim, se faz necessário que o acesso ao ensino público seja efetivado para todos, permitindo a democratização da educação para os estudantes que estão sendo excluídos das instituições educacionais, dentre estes, os estudantes que fazem parte do público alvo da educação inclusiva. Neste sentido, é significativa a criação de políticas sociais para que estas famílias possam se manter dignamente e manterem seus filhos na escola.

A educação inclusiva é posta para o debate pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão - DCNDI, Brasil (2013), colocando as práticas inclusivas como “um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos”. (BRASIL, 2013, p.16).

De acordo com Mittler (2003), é indispensável substituir modelos de educação que não acolham os estudantes com deficiências na escola, por isso defende uma reforma do ensino para garantia de acesso e participação de todas as crianças nas oportunidades que a escola possa oferecer.

Este artigo tem como foco o estudo da educação inclusiva, especificamente no atendimento educacional especializado, em virtude de ser significativa a construção de

discussões sobre a efetivação de políticas educacionais de inclusão para a educação básica. A educação básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Brasil (2017), tem por finalidade o desenvolvimento dos educandos para progredir nos estudos e na prática social: “Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e 15 fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, LDB, 2017, p. 17).

Constata-se, portanto, a responsabilidade da prática educativa para com os estudantes que têm sido excluídos historicamente dos espaços escolares. Assim sendo, a inclusão social é um grande desafio para professores e demais profissionais que atuam com educação, pois compreende abraçar, ramificar o ensino para todos: negros, índios, quilombolas, povos do campo, de áreas sociais mais carentes e também para aqueles que necessitam de uma educação diferenciada, com estratégias diversificadas para o desenvolvimento de aprendizagens.

Destaca-se, porém, que a ênfase deste trabalho é o estudo de educando com autismo, buscando políticas educacionais de inclusão voltadas para este público. Compreende-se a importância do acesso destes estudantes ao ensino, entretanto, é preciso possibilitar condições estratégicas de aprendizagem para que estes alunos tenham as suas especificidades respeitadas, o seu real direito à aprendizagem garantido.

2.1 A inclusão escolar enquanto possibilidade de atendimento às diversidades de educandos

Para Perrenoud (2001), a aprendizagem envolve o processo de construção de conhecimentos com significados, que necessita de atividades desafiadoras para que realmente aconteça. Mesmo quando a situação está em harmonia com o nível de desenvolvimento e as capacidades cognitivas dos alunos, pode parecer desprovida de sentido, de interesse e não gera nenhuma atividade notável em nível intelectual e, por conseguinte, nenhuma construção de novos conhecimentos nem um reforço das aquisições. (PERRENOUD 2001, p. 26)

Em vista disso, pode-se compreender que os desafios são molas propulsoras para uma aprendizagem que faça sentido para os estudantes e, que seja instigadora, questionadora, que provoque o interesse e contribua para o desenvolvimento cognitivo e social, aspectos importantes para uma escola inclusiva.

Uma escola inclusiva é, de acordo com Margareth Diniz (2012), uma base para uma sociedade para todos, que respeita os direitos humanos, acolhendo as diferenças individuais, valorizando cada estudante na sua especificidade. A escola inclusiva está afinada com os direitos humanos, porque respeita e valoriza todos(as) os(as) alunos(as), cada um(a) com as suas características individuais. Além disso, é a base da sociedade para todos, que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos(as) sejam respeitados (DINIZ, 2012,p. 9).

Sobre o respeito às diferenças individuais da pessoa com deficiência, Diniz (2012) ainda acrescenta que a educação inclusiva envolve estudos, discussões históricas que vêm acontecendo no Brasil e no mundo em prol de uma educação mais humanitária, garantidora de direitos, que pense a educação enquanto prática cidadã: “Ela é o resultado de muitas discussões, muitos estudos e muitas práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores(as), no Brasil e no mundo.” (DINIZ, 2012,p. 9).

Compreende-se que a educação inclusiva vem sendo discutida no mundo, pensando um modelo educativo e de sociedade justa para todos, abrangendo as diversidades existentes, atendendo as pessoas que têm sido prejudicadas por não terem seus direitos respeitados em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior.

Pensar em inclusão envolve mudança em muitos aspectos, políticos, sociais, ideológicos, já que vivemos em um modelo capitalista em que a sociedade não tem sido pensada para todos, mas para uma minoria. Estas transformações impõem o rompimento de formas excludentes, assegurando os direitos de todos, sem preconceitos ou distinções: negros, índios, pessoas do campo, pessoas que fazem parte do público alvo da educação inclusiva.

Nesse sentido, Mittler (2003, p.25) adverte que a percepção de inclusão envolve verdadeiramente o repensar de políticas, práticas e formas de aprendizagens, mudando a ideia de “defeito” para o entendimento de “modelo social”. A inclusão envolve um repensar da política e da prática e reflete um jeito de pensar diferente sobre a aprendizagem. Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da ideia de ‘defeito’ para um ‘modelo social’. Mittler(2003, p. 25).

O pensar diferente sobre a aprendizagem e dificuldades de comportamento implica em percepções da prática educativa com os sujeitos público alvo da educação inclusiva enquanto

possibilidade de respeito e inclusão na sociedade, rompendo com modelos de pensamentos e práticas excludentes.

Uma sociedade inclusiva, conforme destaca Ferreira (2012), aponta para um processo em que as pessoas reconhecem, aceitam e valorizam as diversidades de seres humanos, percebendo as diferenças de cada pessoa sem qualquer falta de respeito, exclusão ou discriminação: A construção da sociedade inclusiva implica num complexo processo, que envolve aceitação e a valorização da diversidade humana, através do reconhecimento das diferenças que há ou pode haver em cada pessoa, sem que, por isso, ela seja discriminada ou excluída do seu direito de ser pessoa.”(FERREIRA, 2012, p. 19).

Por isto, são significativas práticas educativas inclusivas para garantia de direitos das pessoas que estão sendo excluídas devido às suas especificidades, buscando a garantia do acesso, mas principalmente a permanência destes estudantes na escola para construção de conhecimentos significativos.

2.2 O Atendimento Educacional Especializado e práticas educativas inclusivas voltadas para o desenvolvimento da aprendizagem de estudantes com autismo

O direito ao atendimento educacional especializado é defendido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, (BRASIL, 2016, p. 124), onde consta que é dever do Estado com a educação brasileira garantir atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiência.

Segundo a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, as instituições de ensino devem matricular os estudantes da modalidade educação especial em classes regulares e também no Atendimento Educacional Especializado-AEE.

os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 4, 2009, p. 1)

O AEE acontece em salas diferenciadas com recursos multifuncionais tanto nas instituições escolares como em Centros de Atendimento Educacional Especializado- CAEE. Nestes espaços, busca-se identificar e atender as necessidades individuais de crianças e

adolescentes com materiais didáticos, pedagógicos, recursos e atividades contributivas para o desenvolvimento de aprendizagens.

Para Schirmer et al (2007, p. 28) são os professores especializados que atuam no Atendimento Educacional Especializado que deve produzir recursos adequados para o desenvolvimento das atividades pelo estudante com deficiência na escola, permitindo que estes educandos possam ter independência na realização das atividades e qualidade de vida escolar.

Uma escola de qualidade é na visão de Mantoan (2003, p. 35) espaço de construção de aprendizagens de modo autônomo e crítico, que ensina valores de convivência, respeito às diferenças, que os professores são exemplos do que ensinam em suas salas de aula, onde o clima na comunidade escolar é afetivo com ideias de participação e solidariedade. Uma escola em que não se admitem exclusões dos alunos de suas classes, das suas aulas, das atividades e das diversas vivências do ambiente escolar, um lugar de possibilidade de aprendizagens.

A Nota técnica nº 04 / 2014, que orienta a documentação comprobatória de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades que devem conter na escola, traz que o atendimento educacional especializado-AEE tem como objetivo possibilitar a acessibilidade, buscando o atendimento das necessidades diferenciadas dos estudantes nas mais variadas modalidades da educação básica. E esse atendimento deve constar no Projeto Político pedagógico da escola.

o atendimento educacional especializado - AEE visa promover acessibilidade, atendendo às necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial, devendo a sua oferta constar no projeto Político pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica, a fim de que possa se efetivar o direito destes estudantes à educação. (BRASIL, MEC / SECADI / DPEE, 2014, p. 3)

Assim sendo, no projeto pedagógico da escola deve constar a existência e oferta de sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, destacando espaço físico, materiais pedagógicos que colaboram para a acessibilidade dos alunos. O atendimento educacional especializado necessita estar no projeto político pedagógico da escola para que todos tenham conhecimento, participem e lutem para que o direito à educação da criança ou adolescente seja realmente efetivado.

Nesse seguimento, a Resolução nº 4, de 2009 destaca a função do AEE enquanto um complemento da formação recebida pelo estudante no espaço escolar através do fornecimento de serviços diferenciados, construção de recursos e estratégias que eliminem as dificuldades

percebidas para construção de aprendizagens, conforme o Artigo 2º: “O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade.” (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 4, 2009, p. 1)

Deste modo, o professor ou professora de AEE busca a construção de recursos, estratégias, práticas educativas inclusivas que possibilite a inclusão de estudantes público alvo da educação inclusiva, como os estudantes com autismo, a sua real participação e desenvolvimento de aprendizagens com significados na escola. Também são de responsabilidade dos professores de AEE a construção e prática do plano de AEE de cada estudante. Este plano é construído a partir da colaboração de professores de salas regulares, das famílias, dos profissionais da saúde e outros, conforme a Resolução Nº 4, 2009.

Sousa, Mora e Melo (2015) compreendem o autismo associado a diversas características fundamentais, como dificuldade de comunicação, de socialização, a manifestação de movimentos repetitivos, ecolalia, onde o grau de comprometimento é variável, podendo ser mais leve ou mais severo, em que o estudante com autismo não consegue se relacionar e pode vir a ter comportamentos agressivos, necessitando de acompanhamento especializado.

Segundo as autoras citadas acima, uma pessoa com autismo tem afetada, portanto a interação social, não conseguindo se expressar ou dizer aos outros sentimentos, necessidades, dificuldade de contato visual, de oralizar as palavras ou comunicação verbal, podendo repetir palavras, frases descontextualizadas, não compreendem regras ou solicitações, podem rir ou chorar sem motivo, compreende o que se fala de forma literal, não compreendendo instruções, dificuldade com a mudança de rotina, irritações com barulho, multidões, grande interesse por um objeto particular, entre outras características.

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista estabelece diretrizes para proteção dos direitos da pessoas com autismo, percebendo esse transtorno enquanto deficiência para efeitos legais, destacando a importância da sociedade para formulação, controle, acompanhamento de políticas públicas voltadas para pessoas com autismo. Essa lei também traz a necessidade do diagnóstico precoce, do atendimento multiprofissional, a capacitação de profissionais especializados para o atendimento às pessoas com o transtorno do espectro autista.

A Lei n. 13.146 (2015) refere-se à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e tem como objetivo assegurar direitos fundamentais da pessoa com deficiência, visando à inclusão social. Com estas leis, destaca-se a necessidade de se promover condições adequadas para que a pessoa com deficiência tenha igualdade de oportunidades no acesso ao saber, sendo incluído no espaço educativo escolar, assim como também possam ser incluídos na sociedade.

Nesse sentido, é importante que aconteçam práticas educativas inclusivas tanto na sala regular, como no Atendimento Educacional Especializado para que os estudantes com autismo desenvolvam as habilidades de socialização, interação, que vivenciem propostas diferenciadas para superação de dificuldades e construção de aprendizagens.

3 METODOLOGIA

Como sustentação teórica, este artigo utilizou a seguinte metodologia: pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva, pesquisa de campo, com análise qualitativa. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002, p. 44), é desenvolvida a partir de materiais já existentes, como livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador conhecer os fenômenos estudados de forma mais ampla. Deste modo, foram realizados levantamentos de publicações diversas em livros, revistas, artigos, dissertações, teses, leis, resoluções para compreensão da temática educação inclusiva.

A pesquisa descritiva, de acordo com Trivinos (1987) apud Silveira e Córdova (2009), descreve fatos e fenômenos da realidade. Assim, foi realizada a descrição de informações levantadas sobre práticas de educação inclusiva no atendimento educacional especializado em escolas do município de Cabedelo-Paraíba. A pesquisa de campo foi concretizada para investigar e levantar informações junto às professoras de Atendimento Educacional Especializado que atuam com estudantes com autismo. O levantamento das informações foi feito através de questionário, sendo feitas as descrições e análise qualitativa.

A abordagem desta pesquisa é do tipo qualitativa, que de acordo com Silveira e Córdova (2009) não se preocupa com quantidades, mas com o conhecimento da realidade social: “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p. 31). Para entendimento da realidade social pesquisada e para gerar novos conhecimentos, optou-se, portanto, pela dimensão qualitativa para análise de práticas pedagógicas voltadas para o Atendimento Educacional Especializado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para alcance dos resultados foram aplicados questionários com Professoras de Atendimento Educacional Especializado e Professoras do Ensino Fundamental de duas escolas do município de Cabedelo-Paraíba para levantamento de informações e análise, considerando as teorias estudadas, como percepções de educação inclusiva, levantamento de práticas, atividades inclusivas desenvolvidas. A imagem da cidade de Cabedelo é destacada na Figura 1 - Município de Cabedelo- Paraíba.

Figura 1- Município de Cabedelo- Paraíba



Fonte: <https://pbnews.com.br/noticia/51230/cabedelo> (2025)

As escolas pesquisadas foram: Escola Municipal Borges de Sousa e Escola Municipal Maria Pessoa Cavalcanti que atendem um quantitativo de 52 estudantes público alvo da educação inclusiva, sendo 18 estudantes com autismo, conforme pode ser observado na Tabela 1: Estudantes, quantitativos e especificidades. Essas escolas também fornecem nos dois turnos o atendimento educacional especializado. As salas do AEE são climatizadas, tem jogos pedagógicos, recursos didáticos diversos para atendimento do público alvo da educação inclusiva, que são conforme o Decreto 7.611/2011, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades que precisam de um atendimento diferenciado e uso de recursos didáticos diversos para construção de aprendizagens.

Tabela 1: Estudantes, quantitativos e especificidades.

ESCOLA	ESPECIFICIDADE/QUANTIDADE DE ESTUDANTES	QUANTIDADE TOTAL
Escola Municipal Borges de Sousa	(8) Transtorno do Espectro Autista;(3) Deficiência Intelectual (2) Deficiência auditiva; (3) Transtorno opositor (TO); (1) Distúrbio da Clivagem, Diverticulação encefálica e Transtorno de personalidade; (2) Deficiência física, Transtorno Misto do Desenvolvimento; (1) Transtorno Global do Desenvolvimento (1) Transtorno Psiquiátrico	21
Escola Municipal Maria Pessoa	(10) Transtorno do Espectro Autista; (1) Deficiência visual (4) Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade-TDAH (3) TDAH e Transtorno Opositor Desafiador- TOD; (1) TDAH e Dislexia; (12) Deficiência Intelectual	31

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As Professoras que aceitaram participar da pesquisa atuam de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, sendo duas professoras de Atendimento Educacional Especializado e quatro professoras da sala regular que colocaram suas vivências com educandos público alvo da educação inclusiva, estudantes com autismo em escolas do município de Cabedelo- Paraíba, que foram analisadas nos tópicos que seguem.

4.1 Reflexões sobre a aprendizagem escolar de estudantes público alvo da educação inclusiva no ensino fundamental

A partir de questionário de pesquisa realizado com as professoras, foram levantadas informações que permitiram reflexões sobre a aprendizagem de estudantes público alvo da educação inclusiva, conforme seguem.

As professoras da sala regular entendem a educação como fundamental para o desenvolvimento social do indivíduo, da nação, de grande importância e direito de todos, sendo uma preparação para atuação cidadã na sociedade. Para Fonseca et al (2016), a educação envolve as práticas educativas que acontecem nos espaços sociais e que permitem a interação, a reflexão, a criação, o diálogo, sendo indispensável a interação para que a educação aconteça. Pode-se perceber que as educadoras têm consciência da importância e significado do seu trabalho para o desenvolvimento do ser humano e que é um direito de todos construir conhecimentos e participarem ativamente da vida escolar e da sociedade.

Conforme Fonseca et al (2016) destaca, é preciso que a prática educativa permita a interação, a criação, a participação ativa, a construção de saberes significativos. As professoras relatam que vêm atuando enquanto facilitadora da aprendizagem, mas têm encontrado dificuldades para as práticas, falta de interesse dos estudantes, recursos escassos, entre outras situações que vêm dificultando o trabalho educativo. Embora não existam receitas prontas, algumas ações estratégicas podem contribuir para ampliar o interesse dos estudantes na aula, como o conhecimento da realidade dos estudantes, seus interesses, as suas preferências, o significado que o conhecimento que está sendo trabalhado pode ter para vida.

Quanto aos recursos, sabe-se que um espaço com recursos adequados pode ser contributivo para o ensino, sendo muito importante investimentos na educação para que os espaços escolares sejam apropriados, atrativos para o educando, com escolas que tenham salas amplas, arejadas, bibliotecas, salas de atendimento educacional especializado, área de lazer, entre outros.

O educador na falta de recursos também pode construir jogos, atividades com materiais reciclados, que podem ser contributivos para um momento prazeroso de construção de aprendizagens e de proteção ambiental. As professoras de atendimento educacional especializado entendem a educação inclusiva como o atendimento das necessidades educativas específicas do estudante, considerando a diversidade de cada pessoa, uma forma de buscar o desenvolvimento e perceber as individualidades do educando, rompendo com barreiras que os estudantes encontram na sociedade e contribuindo para que todos tenham direito ao acesso e permanência na escola, desenvolvendo habilidades e aprendizagens.

“Educação inclusiva é aquela que busca romper as diversas barreiras encontradas no caminho das pessoas com deficiência, procurando estabelecer a equidade visando possibilitar a garantia à essas pessoas dos direitos de acesso e permanência na escola, para que assim possam desenvolver suas habilidades.” (Professoras AEE).

A educação inclusiva, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão - DCNDI, Brasil (2013) é um processo de inclusão social para garantia da educação, tendo como base a diversidade, aspectos sociais, culturais que envolvem as pessoas que historicamente têm sido excluídas. Neste sentido, pode-se compreender que a educação inclusiva envolve a compreensão de que pessoas estão sendo excluídas ao longo da história e precisam ser incluídas. E isto engloba vários aspectos, como políticas de inclusão social, mudanças de ideias e práticas, consideração o contexto histórico, cultural, social e percepção da necessidade de uma educação inclusiva como forma de rompimento com exclusões históricas.

Uma educação inclusiva precisa ser e acontecer para todos, com direito ao acesso e permanência à escola, atendendo as diversidades, as especificidades, valorizando as potencialidades, o que o estudante compreende sobre o mundo, suas vivências, sua realidade para construção de conhecimentos e desenvolvimento individual e social. As professoras da sala regular trazem a necessidade de formação para atuação com estudantes com autismo e colocam que estes estudantes precisam de cuidadores qualificados. Sobre os cuidadores, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) coloca que os sistemas de ensino devem propiciar cuidadores para os estudantes com deficiência que precisam de auxílio para locomoção, higiene, alimentação, acompanhamento na realização de atividades, entre outras necessidades diárias do contexto escolar.

O município de Cabedelo propicia cuidadores, segundo o Plano Municipal de Educação - Cabedelo (2015), para apoio de estudantes com deficiência que estão matriculados em instituição escolar municipal, tendo no município a partir de 2015, 200 estudantes com deficiência e 95 cuidadores disponibilizados entre escolas e creches, sendo importante que aconteça a inclusão de educandos que estiverem excluídos do espaço escolar como também o aumento de cuidadores e profissionais diversos que atuam diretamente com o atendimento de educandos público alvo da educação inclusiva, professores, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. Para Mantoan (2003), ter acesso ao ambiente escolar não é suficiente para que aconteça a inclusão, é preciso que os estudantes com deficiência tenham condições de prosseguir os estudos nos diversos níveis de ensino, sendo respeitada a sua identidade, as suas características, acreditando na capacidade de aprendizagem do educando. Assim, para que a educação inclusiva venha a acontecer de modo significativo, é importante que o (a) professor(a)

respeite a identidade, as características de cada estudante e acredite nas suas potencialidades para alcançar aprendizagens.

De acordo com o Plano Municipal de Educação - Cabedelo (2015), o município possui uma equipe multidisciplinar que vem realizando formações com professores, supervisores, cuidadores, o que é importante para qualificação e atuação profissional. Entretanto, a partir do olhar das professoras existe a necessidade de mais formações que venham a colaborar para o trabalho de inclusão nas escolas. Sobre a experiência enquanto Professora de estudantes com autismo, as professoras da sala regular relatam que tem sido desafiador, que sentem a falta de recursos apropriados, como jogos educativos, de formações, mas que vêm trabalhando o afeto, o respeito ao outro em sala de aula e buscando a construção de aprendizagens para todos. As professoras também relatam que o fato de trabalhar com salas de aula numerosas dificultam o atendimento para todos os estudantes.

Já as Professoras de Sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE, que colocaram suas percepções, vivências através de questionário, afirmam que a experiência com estudantes com autismo tem sido muito enriquecedora, que tem percebido que todos nós temos limitações, mas que podem ser desenvolvidas habilidades e superados os limites. Investir cada vez mais na educação é papel dos Entes Federativos para melhorias na qualidade do ensino.

Com relação às atividades que estão sendo realizadas com estudantes com autismo, as professoras relatam que estão acontecendo atividades que envolvem pintura e colagem, jogos pedagógicos, jogos simbólicos, contação de histórias, atividades para desenvolvimento da motricidade, participação em momentos de culminância, peças, danças. Já os recursos pedagógicos utilizados para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, conforme destacam as professoras de AEE pesquisadas: brinquedos educativos (coloridos), livros com marcadores, objetos sonoros, lápis com engrossador, alfabeto ampliador; quebra-cabeça, jogos de encaixes, jogos pedagógicos, músicas, utilização de materiais reciclados, fantoches; alfabeto móvel; caixa sensorial; alinhavo. Alguns conteúdos que estão sendo trabalhados pelos estudantes foram: construção de palavras, frases, números, cores, formas, traçados, atividades grafomotoras, linguagem e interpretação, raciocínio lógico matemático; percepção visual e linguagem não verbal.

Várias ações estão sendo realizadas em sala de aula e sala de AEE para o desenvolvimento educacional de estudantes com deficiência, como: leitura de cartazes, o trabalho com crachás,

contação de histórias, roda de conversa, atividades que envolvem a expressão oral, atividades lúdicas, o desenvolvimento da interação e socialização a partir de projetos pedagógicos e datas comemorativas, entre outras. Pode-se observar a partir da Figura 2- Atividades realizadas em salas do AEE, que estão sendo trabalhados o conhecimento das letras do alfabeto, cores, formas, a construção de palavras com letras móveis, com o jogo: silabário, a compreensão de unidade, dezena, a leitura prazerosa, o desenvolvimento da leitura e da escrita a partir de imagens, construção de listas de brinquedos e brincadeiras.

Figura 2- Atividades realizadas em salas do AEE





Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Estas ações utilizadas com os educandos têm sido significativas para a inclusão, para o desenvolvimento da aprendizagem de conteúdos que estão sendo trabalhados e são importantes para o estudante, como o conhecimento do nome pessoal, o desenvolvimento da leitura, da escrita, o conhecimento de numerais, cores, formas, a expressão oral, a interação.

A partir do relato das professoras, existem desafios para o professor que atua com estudantes com autismo, que é importante a capacitação de professores, a necessidade de ampliação de recursos pedagógicos para o trabalho educativo em sala de aula, necessidade de profissionais cuidadores qualificados, o número grande de alunos com deficiência em sala de aula, os casos de indisciplina, grandes demandas para atendimento, planejamento de atividades diferenciadas para estudantes com deficiência como para os estudantes com dificuldades de aprendizagem, entre outras situações que envolvem o contexto escolar na realidade e dificultam o trabalho pedagógico.

5 CONSIDERAÇÕES

De acordo com os dados coletados na pesquisa realizada, as políticas públicas do município de Cabedelo voltadas para educação inclusiva, como o Atendimento Educacional Especializado-AEE tem encadeado ações importantes no espaço escolar, como o acesso do estudante à escola, sala de AEE com professores especializados para realizar o atendimento dos estudantes, cuidadores que têm um papel importante na vida escolar do estudante, auxiliando, acompanhando o estudante com autismo nas suas necessidades de vida diária e na aprendizagem.

As salas de AEE e salas de aulas das escolas pesquisadas atendem 52 estudantes público alvo da educação inclusiva, sendo 18 estudantes com autismo e têm sido realizadas atividades lúdicas, motivadoras, com jogos pedagógicos, leitura de histórias, uso de recursos,

como fantoches, alfabeto móvel, quebra cabeça, músicas, entre outros materiais que têm contribuído para avanços na aprendizagem dos educandos, no desenvolvimento da expressão oral, da leitura, da interpretação, da escrita, do raciocínio lógico, entre outros.

Assim, percebe-se que as políticas públicas do Município de Cabedelo Paraíba, que envolvem a inclusão na educação e o Atendimento Educacional Especializado vêm sendo importantes e provocando impactos no espaço escolar, no aumento do acesso de estudantes com autismo nas escolas, na construção de salas de atendimento educacional especializado, na disponibilidade de profissionais para atuarem com estes estudantes e em práticas pedagógicas mais inclusivas, com ações e recursos estratégicos facilitadores para aprendizagem.

As práticas pedagógicas que vêm acontecendo nas salas regulares, principalmente nos anos iniciais têm sido inclusivas, pensando em todos os estudantes, assim como as salas de AEE vêm inserindo também atividades diferenciadas que respeitem as diversidades, considerando as leis vigentes, utilizando conhecimentos e recursos adaptados à realidade de cada estudante para que os educandos autistas e público alvo da educação inclusiva se percebam enquanto sujeitos e partes do processo de aprendizagem.

Embora estejam acontecendo avanços, é importante que sejam pensadas políticas para melhorias na infraestrutura escolar para maior acessibilidade, com espaços amplos, arejados, adaptados à diversidade de educandos, como também investimentos em recursos que possam ser contributivos para as diversas especificidades. O investimento em recursos físicos e humanos pode vir a contribuir com profissionais valorizados, com prazer e dedicação à prática educativa que realiza, com espaços apropriados, com recursos diversos que possam facilitar e atender cada vez mais as necessidades de aprendizagens de estudante com autismo.

A ampliação de formação e da oferta de profissionais que atuam com educandos autistas, professores, cuidadores, intérpretes, professores de Libras, entre outros profissionais, é importante para que se possa oferecer cada vez mais profissionais qualificados, com propriedade, conhecimentos importantes para atuação com estudantes autistas e público alvo da educação inclusiva, para que seja garantido não apenas melhores resultados no acesso ao espaço escolar, mas também no direito a participação, a construção de aprendizagens, possibilitando uma educação com qualidade e inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão** / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em: 22 jul, 2025.

_____. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.**– Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 16 jan. 2025.

_____. **Lei Nº 13. 146 de 6 de Julho de 2015.** Presidência da República, Secretaria Geral- Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 16. jan. 2025.

_____. **Nota técnica nº 04 / 2014.** Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Ministério da Educação- MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI, Diretoria de Políticas de Educação Especial-DPEE, 2014.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília - Janeiro de 2008.

_____. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

CABEDELO- PARAÍBA. **Plano Municipal de Educação de Cabedelo (2015 - 2025).** Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Cabedelo- Estado da Paraíba, Junho de 2015.

DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios** / Margareth Diniz. --Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FERREIRA, N. M. C. **Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão.** - 2012.

_____. **Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015.** Presidência da República, Secretaria Geral- Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 16. jan. 2020 às 17 horas.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PB NEWS. **Cabedelo vai realizar Conferência Municipal da Cidade no dia 30 de maio.** Disponível em: <https://pbnews.com.br/noticia/51230/cabedelo-vai-realizar-conferencia-municipal-da-cidade-no-dia-30-de-maio> Acesso em: 20 ago, 2025.

PERRENOUD, P. **Desenvolver COMPETÊNCIAS ou Ensinar SABERES?** A escola que prepara para a vida. Universidade de Genebra. Tradução: Laura Solange Pereira, Penso, 2013.

SCHIRMER, C. R; BROWNING, N; BERSCH, R; MACHADO, R. **Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física.** In: Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência Física. In: SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF – 2007.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica.** In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta ao Brasil- UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica-Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUSA, Natália Fernanda da Silva; MOURA, Priscilla Guedes da Silva; MELO Priscilla Vasconcelos de. **A inclusão do autista numa escola municipal da cidade de Cabedelo/PB: um estudo de caso** / – João Pessoa: UFPB, 2015.

SILVA, J. A.C. **Qualidade na educação** [recurso eletrônico] / Janaina Almeida da Costa Silva. – São Paulo, SP: Cengage, 2016.

TRIVINOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF- **Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2020. Disponível em: <http://www.selounicef.org.br/noticias/quase-2-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-correm-o-risco-de-nao-voltar-aulas-em-2020>. Acesso em 05. Fev. 2025.

ZITKOSKI, J.J. **Paulo Freire e educação.**- Belo Horizonte: Autêntica, 2006.